

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II***DECISÃO DE RECURSO PE 90.035/2024 – BREF - CPII**

Processo Licitatório nº 2310/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90035/2024, **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada no fornecimento de ALIMENTAÇÃO TRANSPORTADA, para atender as necessidades da Hospital Municipal Raul Sertã**, pelo período de 01 (um) ano.

Em cumprimento ao disposto nos termos do, artigo 165º, inciso I, parágrafo §2º da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021 o Pregoeiro desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento do Recurso interposto pela empresa **BREF GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI**, doravante denominada Recorrente, em 08 de maio de 2024, portanto, tempestivo, contra a decisão que classificou a empresa vencedora para o único lote (grupo), **BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA**, denominada Recorrida, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90035/2024, que foi aceito de forma automática pelo sistema, sem juízo de Admissibilidade por parte deste pregoeiro e equipe de apoio

I. RESUMO DO RECURSO

A Recorrente, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br recurso pedindo a reconsideração da decisão conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrente sucintamente alega que, (i) os atestados de Capacidade Técnico-operacional apresentados pela empresa recorrida não atendem o requisito disposto no item 9.1.10 do edital, uma vez que não há informação expressa, de que o

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

fornecimento de refeições foi realizado de forma transportada; (ii) que a recorrida efetuou a juntada posterior de documentos, que deveriam constar originalmente da proposta, exigidos pelos itens 9.1.4, 19.1.5 e 19.1.2 do edital, infringindo a Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência do TCU; (iii) que a empresa não juntou a planilha de custos e formação de preços, juntamente com a proposta conforme exigência do item 14.3.2 do edital e 25.1 do termo de referência.

III. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br, suas contrarrrazões rebatendo as alegações do recurso apresentado pela empresa **BREF GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI.**, conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrida sucintamente alega que, (i) os atestados de capacidade técnico-operacional, atendem integralmente o exigido no edital; (ii) que não há qualquer violação legal para a apresentação complementar de documentos, e que há previsão expressa quando a esta possibilidade, conforme disciplina o item 15.10 do edital; (iii) afirma que está precluso o argumento da recorrente quando a ausência de planilha de custos, visto que não houve registro de intenção de recurso quando ao julgamento da proposta de preços.

IV. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Quanto as alegações que (i) os atestados de Capacidade Técnico-operacional apresentados pela empresa recorrida não atendem o requisito disposto no item 9.1.10 do edital, uma vez que não há informação expressa, de que o fornecimento de refeições foi realizado de forma transportada;

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

Não, obstante este pregoeiro ter diligenciado a empresa BANDOLIN durante a sessão pública, obtendo a confirmação da empresa recorrida, através do chat da plataforma Compras.gov.br, quanto a natureza transportada das refeições, objeto dos atestados de capacidade técnico-operacional apresentados na fase habilitatória. Antes de declarar a empresa habilitada, foi realizada consulta ao Portal da Transparência do Governo do Estado de São Paulo, ocasião em que ficou constatado, através das pesquisas realizadas, que os serviços de fato foram prestados em parte na modalidade transportada.

Por ocasião das alegações da recorrente em sede recursal, este Pregoeiro, fez diligência a empresa **BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA**, com o objetivo de obter elementos que pudessem confirmar a efetiva prestação dos serviços, de forma “transportada”, atestados nos documentos apresentados no Pregão 90.035/2024. Na resposta, foram apresentadas, pela empresa recorrida, além do edital de licitação nº 038/2013 e do Termo de Contrato nº 002/2014, os quais ensejaram a emissão dos atestados, apresentou também, 38 (trinta e oito) Notas Fiscais com valor probante, referente a contratação, onde afirma que pelo 75% da quantidade fornecida foi destinada a atender o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico “Prof. André Teixeira Lima”, de forma transportada.

Com efeito, os documentos acostados pela recorrida se constituem em comprovantes de despesa e, portanto, se prestam a atestar a execução dos serviços, pela empresa **BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA**.

Dito isso, as evidências extraídas dos autos conduzem à conclusão de que, com efeito, os atestados apresentados pela empresa **BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA**., referentes aos serviços prestados ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico “Prof. André Teixeira Lima” foram realizadas na modalidade



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

“transportada” atendendo plenamente os itens 19.1.10, 19.1.11 e 19.1.13 do edital, não merecendo prosperar a alegação da recorrente, quanto a este ponto.

Quanto a alegação, (ii) que a recorrida efetuou a juntada posterior de documentos, que deveriam constar originalmente da proposta, exigidos pelos itens 19.1.2, 19.1.4 e 19.1.5 do edital, infringindo a Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência do TCU;

O item 15.8 do edital que disciplina o Art. 64 da Lei 14.133/2021, assim dispõe:

15.8 – Encerrado o prazo para envio da documentação (habilitação ou proposta) de que trata o item 15.6.1 poderá ser admitida mediante realização de diligência a apresentação de novos documentos para a: (grifei)

15.8.1 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

15.8.2 – apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante; (grifei)

15.8.3 - Aferição das condições de habilitação ou de classificação do licitante decorrentes de fatos ou condições preexistentes ao momento da abertura do certame; (grifei)

Desta forma após a solicitação da documentação de habilitação da recorrida, ao verificar a ausência dos documentos e declarações que se enquadravam na

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

previsão editalícia, foi solicitado a empresa, em caráter de diligência, nos termos do item 15.10 do edital, o envio da documentação faltante exigida nos itens 19.1.2, 19.1.4 e 19.1.5 do edital, as quais foram prontamente atendidos, não merecendo prosperar às alegações da recorrente quanto a este ponto.

Quanto a alegação (iii) que a empresa não juntou a planilha de custos e formação de preços, juntamente com a proposta conforme exigência do item 14.3.2 do edital e 25.1 do termo de referência.

Por se tratar de aquisição de produto e não de prestação de serviço, s.m.j., não é exigível a apresentação de planilha de custos e formação de preços nos termos da IN nº 05 de 26 de maio de 2017. O referido item 25.1 do Termo de Referência, foi inclusive objeto de Pedido de Esclarecimento, pela empresa Best Licitações, o qual foi devidamente publicado no sistema Compras.gov.br bem como no sitio eletrônico desta Prefeitura, onde ficou esclarecido o seguinte:

Questionamento: Está correto nosso entendimento de que a planilha de custos e formação de preços será solicitado somente para a empresa vencedora da fase de lances?

Resposta: A presente contratação trata-se de AQUISIÇÃO e não de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, não sendo necessário o envio de Planilha de Custos.

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

Dito isto, é sabido que os esclarecimentos prestados pela Administração no curso do processo licitatório, assim como as respostas às impugnações ao edital, têm **efeito aditivo e vinculante**, à medida que não só acresce ao edital, como também vincula a todos os licitantes e à Administração Pública, que não pode decidir em sentido diverso daquele o qual já havia se manifestado, sob pena de ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não merecendo prosperar a alegação da recorrente quanto a este ponto.

IV. DA ANÁLISE JURÍDICA

Instada a se manifestar a Procuradoria Geral Municipal, exarou parecer jurídico, parte integrante desta decisão, independente de transcrição, onde de forma sucinta concluiu que: (i) “... não há óbice jurídico à juntada de posterior de documentos referentes às condições de qualificação no caso em tela, se tratando, em realidade de medida que privilegia a prevalência do resultado almejado por todo procedimento licitatório, qual seja, a obtenção de propostas que melhor atendam o interesse público”, (ii)... considerando que a necessidade de apresentação de planilha de custos é restrita aos casos de contratos de prestação de serviços, e a licitação no caso se refere à fornecimento de bem, se verifica que não deve prosperar o argumento trazido pela recorrente.”.

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 165, §2º da Lei 14.133/2021, por todo exposto e subsidiado pelo parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral Municipal, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **BREF GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI**. no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.035/2024, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão pela habilitação a empresa **BANDOLIN FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES LTDA**, no pregão em comento

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AS E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A*Comissão de Pregão II*

Diante do não provimento do recurso interposto, na forma que dispõe o artigo 165, § 2º da Lei 14.133/2021, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, do recurso administrativo do pregão, na forma eletrônica, nº 90035/2024, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 03 de junho de 2024.

JONATHAN P. CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula: 206.870